

ANC

P 2

FOLHA DE

SÃO PAULO

Brasil, MAI 1987

A Constituinte, a família e a propriedade

"Nunca ouvi tanto 'não' em minha vida", declarou, com um sorriso aborrecido, o constituinte José Genoíno (PT-SP), durante a reunião da subcomissão que tratou do papel das Forças Armadas e da defesa do Estado. Os oficiais do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, do Emfa, do Gabinete Militar, das Polícias Militares e agentes da Polícia Federal, que acompanhavam a reunião, não se contiveram e desataram a rir gostosamente.

Em um só dia, Genoíno ouviu 663 vezes a palavra "não" durante as votações, em que seriam necessários pelo menos onze votos "sim" para o acatamento de cada emenda. Isso não ocorreu e o relatório que o deputado Ricardo Fiúza fez com a ajuda dos militares, que exerceram disciplinadamente a sua prerrogativa de influir nos seus próprios destinos, manteve-se intacto.

Aquela discussão preliminar, sobre se aos militares cabe ou não cuidar da ordem interna, tornou-se algo infinitamente remoto. E Lyzâneas Maciel —o autor de uma proposta que proibia militares de se pronunciarem sobre temas constitucionais— num discurso suplicante, pedia votos para uma ínfima e singela mudança: a de que os presos, durante o estado de sítio, antes de serem encarcerados, fossem submetidos a

um exame de sanidade física e mental. Ouviu treze vezes a palavra "não".

Mas não foi só pela Subcomissão de Defesa do Estado que passou o rolo compressor do poder e do conservadorismo. Por muito pouco não se aprova um texto onde o aborto era previsto como crime, o que nem mesmo a Constituição atual prevê. A possibilidade de aborto em casos de estupro ou de deformações fetais foi rejeitada por unanimidade pela Subcomissão da Família.

Numa manobra que o presidente da Subcomissão da Reforma Agrária, Edson Lobão (PFL-MA) tentou ocultar da imprensa, dificultando a entrada de jornalistas no Senado, rejeitou-se o relatório do deputado de esquerda Oswaldo Lima Filho, que foi substituído, à revelia do Regimento, por outro do deputado conservador Arnaldo Prata (PMDB-MG).

"Que ninguém espere mudanças radicais desta Constituinte" —reiterava ontem o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Ele sabe o que diz. Resta saber, porém, até quando pode durar uma Constituição que venha a nascer velha antes mesmo da sua vigência.

Márcio Chaer